



O ALUNO COM DEFICIÊNCIA FÍSICA E O ENSINO-APRENDIZAGEM NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ¹

Jeovania Freitas da Rocha

Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia
Universidade Federal do Pará

Danívea Luize Cardoso de Lima

Graduanda do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia
Universidade Federal do Pará

Neide Maria Fernandes Rodrigues de Sousa

Doutora em Educação. Psicóloga e Docente
Universidade Federal do Pará.

RESUMO

Ao longo da história a pessoa com deficiência foi compreendida pelo olhar da anormalidade e por sua vez, excluído do processo formativo. Na atualidade, após lutas e conquistas, a pessoa com deficiência passa a adquirir direitos e deveres na sociedade. Na relação entre deficiência e educação, a partir da década de 90, o Brasil avança para fortalecer a Educação Inclusiva. Este trabalho teve por objetivo compreender a percepção do aluno com deficiência física sobre ensino-aprendizagem na perspectiva da inclusão escolar. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa. O trabalho se configura em um estudo de caso. Teve como participante um aluno com paralisia cerebral, deficiente físico, da UFPA/campus-Bragança. Como instrumento de levantamento foi utilizado a entrevista semiestruturada. Os resultados sugerem que no ensino-aprendizagem houveram poucas modificações em termos de práticas inclusivas com modificações mínimas. Conclui-se que há um distanciamento entre os aportes legais e políticos da educação inclusiva e a realidade escolar.

Palavras-chave: Deficiência física. Ensino-aprendizagem. O processo educacional Inclusivo.

INTRODUÇÃO

A deficiência ao longo da história foi compreendida pelo olhar da anormalidade com concepções que produziram práticas de exclusão, preconceito, discriminação o que levou a uma posição de desvantagem nos diferentes períodos da história. A pessoa com deficiência faz parte de um grupo marcado por uma a visão de diferença que leva à desigualdade e uma condição de desvantagem, vulnerabilidade refletidos no acesso aos recursos sociais como saúde, educação (SOUSA, 2015; PIMENTA E SALVADO, 2010).

¹ Trabalho articulado ao Projeto de pesquisa Deficiência física, representações sociais e o processo formativo financiado com bolsa pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica-PIBIC 2017

Realização



Organização:



(91) 3223-8575

fazeacontece@fazeacontece.com.br
www.fipedbrasil.com.br



Na atualidade, após muitas lutas e conquistas, a deficiência ganha um novo conceito e a pessoa com deficiência passam a adquirir direitos e deveres na sociedade. Na relação entre deficiência e educação, a partir da década de 90, o Brasil avança para consolidar a Educação Inclusiva. Alguns documentos internacionais como a Declaração de Salamanca (1994) e a Declaração Mundial sobre Educação Superior no século XXI: visão e ação (1998) influenciaram na formatação de uma política inclusiva no país.

O trabalho teve o objetivo de compreender a percepção do aluno com deficiência física sobre ensino-aprendizagem na perspectiva da inclusão escolar. O trabalho se justifica por ser um instrumento a mais de reflexão sobre a temática deficiência física, inclusão e processo formativo. Sua relevância está em contribuir para os estudos acerca da temática, uma vez que, apesar dos aspectos legais e políticos que oferecem suporte às pessoas com deficiências no Ensino Superior, é preciso avançar nos estudos das relações sociais e deficiência física.

REVISÃO DE LITERATURA

Em uma perspectiva biológica a deficiência física é definida como uma alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e que as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções. (BRASIL, 2004).

A Paralisia Cerebral (PC) é definida como um grupo de desordens permanentes do desenvolvimento do movimento e postura atribuído a um distúrbio não progressivo que ocorre durante o desenvolvimento do cérebro fetal ou infantil. Poderá haver limitações no perfil de funcionalidade da pessoa e associadas a distúrbios sensoriais, perceptivos, cognitivos, de comunicação e comportamental, por epilepsia e por problemas muscoesqueléticos secundários (BRASIL, 2004).

Para a inclusão nas escolas se faz necessário um conjunto de ações, como: modificações no projeto pedagógico, recursos suplementares, materiais e humanos, acessibilidade física, parceria com família, gestão e liderança mais democrática, formação inicial e continuada, flexibilização de métodos e avaliação currículos flexíveis e adaptações curriculares entre outros. Essas ações

Realização



Organização:



(91) 3223-8575

fazeacontece@fazeacontece.com.br

www.fipedbrasil.com.br



auxiliam para que o aluno tenha sucesso na aprendizagem e garantem ao professor segurança em sua prática docente (SOUSA, 2015).

MÉTODO

Tipo de pesquisa: optou-se por uma abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso.

Sujeito: Um aluno da Universidade Federal do Pará (UFPA), campus de Bragança, com deficiência física, usuário de cadeira de rodas e com paralisia cerebral (PC). Tem 35 anos. Para preservar sua identidade, o mesmo será chamado de João.

Percursos metodológicos: O projeto se constituiu em duas fases: levantamento bibliográfico e a pesquisa de campo. No levantamento dos dados, adotamos dois instrumentos: o formulário para caracterização do perfil socioeconômico do sujeito e a entrevista semiestruturada para obtenção de aspectos da vida escolar e formativa do estudante.

Procedimento de análise dos dados: No tratamento foi utilizado à análise de conteúdo de Bardin (2006) e foi organizada na pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados da entrevista foram transformados nas categorias temáticas: *processo educacional inclusivo (Infantil, Fundamental, Médio e Superior); práticas pedagógicas e o ensino-aprendizagem e material pedagógico adaptado.*

O Processo educacional inclusivo- da educação básica ao ensino superior

Em suas narrativas sobre a educação básica João revela um processo escolar difícil (na alfabetização, ensino fundamental e médio), pois as escolas na época não apresentavam condições adequadas para recebê-lo e não havia práticas pedagógicas inclusivas.

Sobre seu processo formativo no ensino superior, indica que é relativamente normal até o momento, algumas vezes encontra dificuldades e atribui estas a sua timidez excessiva. Conclui dizendo, não sentir grandes impactos, associando seu acesso tranquilo à instituição com o fato de ser tratado com respeito e atenção.

Sasaki (1997) vem dizer que a prática da inclusão social e educacional repousa em campos considerados incomuns, como: a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência com diferentes grupos sociais e a aprendizagem por meio da cooperação. Portanto, a inclusão é um processo que contribui para construção de uma nova sociedade.

Realização



Organização:





Práticas pedagógicas e ensino-aprendizagem: educação básica e ensino superior

Na educação básica João em sua narrativa indica que vivenciou uma prática escolar com poucas modificações em termos de metodologia do professor. Indicou que sempre teve um tempo maior para avaliação. Encontrou inúmeras barreiras no seu processo educativo nos anos iniciais.

No ensino superior indicou que ocorre com poucas modificações. Afirma que tem um tempo diferenciado para fazer as avaliações. Vejamos sua narrativa:

“Dentro de minhas limitações procuro acompanhar a turma”.

Pacheco (2007) afirma que a criação de espaço educativo, onde todos os alunos poderão desenvolver habilidades, irá depender do planejamento que permitirá aos alunos ter oportunidades a uma variedade de métodos de aprendizagem. Assim, é essencial que o professor faça uso de adaptação curricular ou modificação quando necessário, de forma que possa garantir ao aluno com deficiência física os mesmos direitos de aprendizagem na sala de aula.

Sousa (2015) afirma que se faz necessário no ensino superior proporcionar condições de permanência e empoderamento aos alunos com deficiência. As IFES devem proporcionar de fato espaços de inclusão escolar, de alteridade e propostas de empoderamento no espaço acadêmico.

Material pedagógico adaptado- da educação básica ao ensino superior

Na educação básica, João afirmou não ter recebido material adaptado. No ensino superior, destacou que a universidade oferece para ele uma mesa adaptada, o auxílio de um monitor e alguns recursos como: apostilas ampliadas e uma formatação diferenciada nos slides, quando o mesmo solicita essa diferenciação.

A aprendizagem escolar está diretamente ligada ao currículo, organizada para orientar os variados níveis de ensino e ações dos professores, sendo central para a instituição de ensino e representa ou ao menos deveria representar a identidade da mesma, a sua organização, funcionamentos e outros aspectos, bem como aspirações e expectativas sociais. (BRASIL, 2003).

CONCLUSÃO

Conclui-se que apesar dos avanços da inclusão na educação básica e ensino superior, a realidade educacional vem mostrar que a inclusão de alunos com deficiência física é um caminho longo a percorrer para que de fato essa inclusão seja promovida com qualidade.

É importante que as práticas pedagógicas e o processo de ensino-aprendizagem promovam ações que possam atender todas as especificidades de seus educandos. Assim também, que não

Realização



Organização:



(91) 3223-8575

fazeacontece@fazeacontece.com.br
www.fipedbrasil.com.br



somente o professor; a sala de aula; outros espaços formativos como: laboratório, sala de informática, sala de leitura (biblioteca), entre outros, sejam inclusivos, adaptados e capacitados para receber todos no seu processo formativo.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto; Augusto Pinheiro. 70 ed. Lisboa: [s.n], 2006.

BRASIL. Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais/ coordenação geral: SEESP/MEC; organização: Maria Salete Fábio Aranha. -Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2003.

BRASIL, Carmen. Os Alunos com Paralisia Cerebral: Desenvolvimento e Educação. In: CLL, César; et al. (Org.). **Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais**. Ministério da Justiça/Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília: (CORDE), 1994.

BRASIL. **Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação** – 1998. Biblioteca virtual de direitos humanos da USP. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A0/declara%C3%A7%C3%A3o-mundial-sobre-educac%C3%A3o-superior-no-seculo-xxi-vis%C3%A3o-e-a%C3%A7%C3%A3o.html>> Acesso em: 11 jan. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm> Acesso em 11 de jan. 2017.

PACHECO, J; EGGERTSDÓTTIR, R; MARINÓSSON, G. L. **Caminhos para inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2007. Cap. 13, 15.

PIMENTA, A; SALVADO, A. Deficiência e desigualdades sociais. **Revista Sociedade e Trabalho**, n.41, 1. ed, p.1-12, dez.2010. Disponível em<

<http://www.gep.msess.gov.pt/edicoes/revistasociedade/41.php>> Acesso em: 25 agos.2016.

Realização



Organização:





SASSAKI, R K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SOUSA, N. M. F. R. **A Pessoa com deficiência física:** representações sociais de alunos usuários de cadeira de rodas sobre a escolarização e as implicações no processo formativo. 2015. 199 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2015.

Realização



Organização:



(91) 3223-8575
fazeacontece@fazeacontece.com.br
www.fipedbrasil.com.br